

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: 88Data 10 de abril de 1975 Pg.: \_\_\_\_\_

## Funai refuta crítica de missionário

Da Sucursal e do correspondente

A propósito das severas críticas feitas em Manaus pelo padre Antônio Iasi Junior, assessor do Conselho Indigenista Missionário, ao ministro Rangel Reis, do Interior, o presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, disse ontem, em Brasília, que "não permitia a formulação de conceitos descabidos e grosseiros à pessoa do ministro".

As críticas do missionário foram feitas durante a reunião de ontem do Seminário Funai-Missões Religiosas, que está sendo realizado em Manaus, em resposta a declarações do ministro Rangel Reis afirmando que o Governo vai restringir a ação das missões religiosas junto aos índios, através de modificações no Estatuto do Índio.

"No mínimo — disse o padre Iasi — o ministro está procedendo levemente, usando informações de segunda mão, pois, conforme declaração do próprio presidente da Funai, em plenário, não foi entregue nenhum relatório àquela autoridade sobre o conclave."

Ismarth de Oliveira disse que "conceitos emitidos com base, exclusivamente, no noticiário da imprensa não dignifica quem os emitiu, nem engrandece uma causa que todos, sem distinção de siglas ou religiões, têm o dever de defender e não apenas nela se engajar para usufruir a promoção pública do órgão que representa."

Por sua vez, o ministro Rangel Reis negou-se a fazer qualquer comentário sobre as acusações.

## CRITICAS

Durante o Seminário, o padre Antonio Iasi criticou também a atuação do general Ismarth de Oliveira à frente da Funai, afirmando que ele tem sido diplomático, mas não franco, pois sempre que indagado sobre problemas relacionados com índios, procura sair pela tangente.

Para o missionário, diante da atual situação, resta a todos assistirem à morte lenta dos índios, propondo que a Funai deveria passar a chamar-se "Funerária Nacional do Índio".

Participando também do Seminário, o general Ismarth de Oliveira disse que "no dia em que o presidente da Funai sentir que não tem condições de atuar em favor das comunidades indígenas, pedirá demissão do cargo".

Argumentou depois que, se o Governo Federal quisesse, poderia interditar a área em

que estão localizados os índios uaimiris-atroaris, mas, no entanto, deu um voto de confiança à Funai, não determinando a interdição, e a estrada Manaus-Caracarái continua sendo aberta sem nenhum problema com os índios.

Disse também que a Funai tem condições de atuar livremente junto às comunidades indígenas, pois para isso é que o Governo Federal criou o órgão exclusivo. Frisou que a meta da Funai é proporcionar ao índio o bem-estar e, para isso, é necessário que todos que trabalham com os índios obedeçam aos estatutos.

Além dos debates, o ensino bilingue foi a tônica da reunião de ontem do Seminário, destacando um dos expositores, com base em portaria da Funai nesse sentido, que a língua funciona como uma ponte no processo de aculturação do indígena.

## CONVOCAÇÃO DE ISMARTH

A Comissão de Agricultura da Câmara vai convocar o presidente da Funai para prestar esclarecimentos sobre a política indígena que o Governo vem desenvolvendo e suas implicações.

Na opinião do emedebista gaúcho, se o Governo reunir todos os índios num hotel de luxo, possibilitará uma grande economia à Nação, com a diminuição acentuada dos gastos no setor de proteção dos silvícolas.

## CNBB teme pelo rumo dos debates

RIO (Sucursal) — A impressão generalizada de que, no seminário que se realiza em Manaus e em que a Funai e missões católicas discutem questões de indigenismo, a Fundação e a Igreja se têm defrontado asperamente, com sectarismos de ambas as partes, tem causado preocupações à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A CNBB, através de contatos mantidos com participantes do encontro, está informada de que os debates transcorrem normalmente, o que não vê refletido nos noticiários, podendo, como teme, causar uma animosidade capaz de prejudicar o diálogo que se inicia.

## A POSIÇÃO

Para a Conferência, o fato de a Funai e a Igreja, representada pelo Conselho Indigenista Missionário, debaterem franco e diretamente seus pontos-de-vista e seus métodos já é positivo e pode ser considerado bastante satisfatório. Seria, ainda, uma manifestação concreta da normalização das relações da instituição com o Governo.

O que se lembra na CNBB é a existência de um período difícil em que a Igreja Católica, através da Conferência e do CIMI, foi alvo de restrições por parte da

Funai, numa situação que, também repetida em sentido inverso, nada tinha de construtivo. Nessa época, dizem assessores da CNBB, a entidade episcopal tentou o debate com a Fundação, mas não teve sucesso.

O fato é que a Igreja argumenta ser pioneira no trato com o Índio, reivindicando, a partir daí, uma posição que não lhe coloque à margem dos problemas indígenas. A CNBB, embora preferisse não tê-lo como realidade aceita as restrições impostas ao trabalho missionário pelo Estatuto do Índio.

O que postula é o direito de, além de manter seu trabalho missionário (no caso particular), levar suas teses e seus pontos-de-vista às autoridades competentes. Este último, aliás, é o substrato do diálogo com o Governo, no que, devido à receptividade encontrada no último ano por parte de Brasília, tem-se dado por satisfeita.

## O DIALOGO

Assim, a Conferência considera restabelecida, e muito próxima, a mais completa normalização do diálogo com o Governo. E isso é fortalecido com a convicção de que, para tal, tenha de existir, tão

somente e necessariamente, a coincidência de princípios e quando for o caso (como seria no trabalho indigenista), de métodos. Fundamentada com bom senso, e da mesma forma veiculada, a divergência seria, então pressuposto do diálogo.

E o que, na opinião de padres e leigos ligados à cúpula da CNBB, estaria ocorrendo em Manaus. A Igreja, pelo simples fato de ter acesso ao debate com a Funai, não eliminou as divergências que possam existir entre ambas. Por outro lado, as discordâncias não significam que a CNBB deseje que entre ela, o CIMI, os missionários de outras confissões religiosas e a Fundação inexistia efetiva e recíproca colaboração.

Para esses assessores, isso já começou no seminário em curso. O calor da discussão pode levar a atritos de momento, a que uma interpretação apressada poderia dar dimensões sem correspondência na realidade. E o que motiva receio na Conferência dos bispos.

E é exclusivamente por este aspecto que a CNBB não comentará em detalhes qualquer fato específico do encontro de Manaus. Nela, o trabalho missionário católico junto aos Índios Catramani foi duramente criticado.